

ALCOOLISMO E MOVIMENTO ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Marco Antônio Arantes¹⁰

RESUMO

A finalidade do artigo é analisar as considerações anarquistas sobre o alcoolismo durante as duas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro. O alcoolismo, expressão de uma simbologia negativa do operário, era tratado como um obstáculo para a emancipação e conscientização da classe operária. Na perspectiva médica do período, a partir dos primeiros anos da república, o alcoolismo passou a ser estudado sob a ótica da eugenia e da higiene mental, que definiria o alcoolismo como doença e o alcoolista como doente. Tais campanhas antialcoólicas são problematizadas, tendo como referência as publicações anarquistas do período sobre o alcoolismo.

Palavras-Chave: Anarquismo, Alcoolismo, Eugenia, Higiene Mental.

ABSTRACT

The purpose of the article is to analyze anarchist considerations about alcoholism during the first two decades of the 20th century in Rio de Janeiro. Alcoholism, an expression of a negative symbolism of the worker, was treated as an obstacle to the emancipation and awareness of the working class. From the medical perspective of the period, from the early years of the republic, alcoholism started to be studied from the viewpoint of eugenics and mental hygiene, which would define alcoholism as a disease and the alcoholic as sick. Such anti-alcoholic campaigns render problematic, having as reference the anarchist publications on alcoholism of that period.

Keywords: Anarchism, Alcoholism, Eugenics, Mental Hygiene.

¹⁰ Doutor e Mestre em Ciência Política PUC/SP. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais / UNESP/ Campus de Araraquara.

Irresistible vértigo... conosco, un hombre de alto ingenio, allí perdido; ebrios los padres de su padre han sido su padre y sus hermanos ebrios son; los tristes frutos de su amor, los rasgos de esa fatal herencia llevan hijos y ebrios serán los hijos de sus hijos, ¡ay! hasta la postrer generación! (El Borracho, Joaquin Castellanos, 1887).

Bebamos! El alcohol es el veneno mas noble y generoso, el único asesino de las penas, criminal si, mas criminal glorioso” (Fibras - Alberto Ghirardo – 1895).

O CONTEXTO POLÍTICO DO PROBLEMA DO ALCOOLISMO

Em 1915, o jornal anarquista “Na Barricada”, publicou a matéria intitulada “O Que Penso”: *“Vou muito mais longe. Sabe o meu confrade que os males sociais não são apenas os crimes, há também o jogo, a embriaguez, os vícios sexuais, a prostituição, o alcoolismo, o analfabetismo, o parasitismo, a miséria e a guerra”*. O texto poderia se apagar no tempo, como mais uma bobagem reacionária e conservadora, se não tivesse sido escrita pelo poeta e filólogo José Oiticica, um dos mais importantes pensadores anarquistas brasileiros do século XX.

Não entenderemos a frase sem analisar o porquê da sua censura. Esse é o propósito do artigo: abordar as visões dos escritores anarquistas sobre o consumo do álcool e o alcoolismo no

início do século XX. Não se pretende fazer uma história das concepções anarquistas sobre o alcoolismo, mas analisar o alcoolismo no contexto histórico delimitado na Capital Federal, no início do século XX, tendo como referência algumas publicações anarquistas no período, que antecederam as lutas operárias e a greve insurrecional em novembro de 1918, no Rio de Janeiro. Muitas dessas publicações estão concentradas em jornais anarquistas como “A Voz do Trabalhador” e “A Lanterna”, sendo escassos o tratamento do tema em outros jornais da época¹¹. Longe de uma análise completa sobre todas as publicações anarquistas sobre o alcoolismo, optou-se por investigar o tema no contexto específico das lutas operárias na antiga capital federal.

Uma das teses sustentadas no artigo é a de que o alcoolismo e o consumo de bebidas alcoólicas, eram tratados pelos anarquistas como frutos diretos das contradições econômicas do regime capitalista, ou seja, apontavam problemas que não eram imediatamente médicos, e cuja resolução passava pelos meandros políticos, morais, culturais e econômicos. O álcool tinha uma

¹¹ Além da “A Voz do Trabalhador” e “A Lanterna”, foram consultados os seguintes jornais: “Terra Livre”, “A Guerra Social”, “A Obra”, “A Rebelião”, “A Voz Operária”, “Boletim da Aliança Anarquista”, “Germinal”, “Na Barricada”, “O Amigo do Povo”, “O Artista”, “O Cosmopolita”, “O Início”, “Spártacus”.

simbologia negativa, e o seu consumo era prejudicial na militância operária. Estavam cientes que a intoxicação voluntária alcoólica, era um obstáculo para a formação de autênticos operários revolucionários.

O artigo parte da premissa de que parte das preocupações médicas e psiquiátricas relativas ao alcoolismo, eram tratadas pelas ligas anarquistas sob uma perspectiva política, ou seja, o problema do alcoolismo entre os operários era visto como um entrave para o movimento anarquista, e para a formação de operários militantes conscientes.

No mais, a abordagem médica sobre o alcoolismo não era ignorada pelos anarquistas, contudo responsabilizavam a exploração no sistema capitalista por conduzir os trabalhadores ao estado de miséria e penúria.

O patrão submete o operário ao jugo esmagador dum trabalho desumano e violenta-o a obediência passiva; como mísero carneiro leva-o a urna a manifestar a expressão única do pensamento; pelo salário fornecesse de carne de oficina, de canhão, de prostituição; a troco de algum álcool, leva-o a esquecer a miséria que enluta o destelhado tugúrio, sem luz nem ar, onde a prole raquítica e anêmica se estiola a falta de substancioso alimento... (Costa Jr, 1913: 3).

A temperança alcoólica entre os anarquistas, foi um desdobramento das discussões nos círculos médicos e

políticos europeus no final do século XIX, e início do século XX.

É exatamente essa base de enfrentamento ao alcoolismo, que já estava presente no jornal anarquista francês *Les Temps nouveaux*. Em uma edição de 1899, o anarquista francês Delesalle fez a seguinte observação sobre o alcoolismo: “é desnecessário dizer que a maior causa da miséria que assola a classe trabalhadora é o alcoolismo” (Delesalle, 1899, p. 2). Delesalle argumentava que “ninguém tem coragem de admitir francamente que são as más condições sociais que são as causas reais (...) Para os participantes da conferência, alcoolismo é o que gera miséria; para nós, pelo contrário, são as más condições sociais do regime capitalista, que engendra o alcoolismo e a miséria” (Delesalle, 1899: 2). A preocupação de Delesalle com o alcoolismo entre os trabalhadores franceses, seria posteriormente debatida em vários congressos e encontros anarquistas.

Mas a que se deve o interesse dos anarquistas pelo consumo do álcool e suas preocupações com o alcoolismo? Em primeiro lugar, não se pode desprezar o interesse médico pelo assunto na virada do século XIX para o

XX¹². Esse interesse aumentou nas décadas de 1910, e sobretudo na década seguinte, com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental¹³ (LBHM), cujas publicações sobre os malefícios do álcool eram recorrentes nos artigos científicos de renomados médicos, psiquiatras e advogados do período. O alcance de suas publicações era nacional e tinha intercâmbio com bibliotecas e institutos científicos estrangeiros. O tema despertava o interesse da comunidade científica da época, e já era debatido nas teses da antiga Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro¹⁴, e abordado esporadicamente pela imprensa operária.

Foi somente na década de 1920, que a LBHM lançou uma campanha nacional contra o alcoolismo, combinando noções vindos do sanitarismo, da higiene mental e da eugenia. Imbuídos de uma missão regeneracionista e nacionalista, estavam “impregnados de um biologismo teórico,

até certo ponto fatalista, que os levava a identificar, pela contaminação hereditária, novos degenerados a cada esquina” (Reis, 1994: 41).

As preocupações dos profissionais envolvidos com a LBHM não eram apenas teóricas, tendo o acréscimo de um discurso social vindo da psiquiatria orgânica e propostas de intervenção e prevenção, divulgadas em propagandas radiofônicas, palestras, matérias jornalísticas e revistas. Para a LBHM, o alcoolismo era considerado um fator que Carvalho (2002) interpretou como “deseugenisante”, ou seja, deveria ser combatido com os princípios da eugenia e do higienismo¹⁵.

Diferente das publicações anarquistas, os ensaios publicados nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, não tratavam o alcoolismo e consumo de álcool sob uma perspectiva política e social. A abordagem era médica, e em alguns casos jurídica, ocupando-se com a tênue ligação entre alcoolismo,

¹² A imprensa anarquista abordou os malefícios do alcoolismo, tendo como base os estudos de cientistas europeus, como por exemplo, o estudo que associava alcoolismo e loucura, a exemplo do trabalho estatístico publicado em 1907 por Benon, no qual apontava que “com frequência 66,74 %, o alcoólico tem contas com o serviço penal” (A Voz do Trabalhador, 1909^a: 3).

¹³ “A LBHM foi fundada no Rio de Janeiro, em 1923, tendo à frente o médico Gustavo Riedel. Em 1925 inaugura sua publicação periódica, os “Arquivos Brasileiros de Higiene Mental” (ABHM), que trazia em seu primeiro número os estatutos da liga” (CARVALHO, 1999).

¹⁴ Um levantamento feito pelo Dr. Ernani Lopes presente no volume 1, ano 1, de 1925, dos Arquivos da Liga Brasileira de Higiene Mental, mostra como era profícua a produção científica sobre o alcoolismo.

¹⁵ Dentre as doenças que mais ocuparam a atenção dos higienistas brasileiros durante o século XIX e na primeira metade do século XX, a febre amarela e a ancilostomose foram aquelas em que as respostas imunológicas estiveram relacionadas à origem racial das populações (Chalhoub, 1996; Edler, 1999).

loucura, transtornos mentais e criminalidade. O artigo “Contra o Alcoolismo: em favor da Higiene Mental” (1925), foi o primeiro entre vários artigos publicados nos boletins, que fizeram uma defesa vigorosa da temperança alcoólica.¹⁶ “A Liga Brasileira de Higiene Mental não podia deixar de preocupar-se desde o início com a questão do alcoolismo, sabidos como são os múltiplos malefícios do terrível veneno inebriante sobre o sistema nervoso, em particular sobre a mentalidade” (Abhm, 1925: 147).¹⁷ A LBHM tinha até um posicionamento contrário dos comunistas sobre o alcoolismo. Ernani Lopes perguntava-se: “sendo o álcool um poderoso redutor do rendimento do trabalho, não seria concebível pretender que um patrão promovesse a diminuição do trabalho do seu empregado?” (Abhm, 1929: 14).

Um dos principais focos de intervenção da LBHM eram as doenças mentais. Ela era caracterizada ora “como um problema psicossomático, individual, ora a doença mental relativa a um mal social, resultante de desvios como alcoolismo e outros então considerados causa de decadência da

humanidade” (Portocarrero, 2002: 13). Heitor Carrilho, então diretor do Manicômio Judiciário do Rio de Janeiro, alertava que o programa de higiene mental seguia “regras concernentes à eugenia, afim de que sejam evitados os malefícios da hereditariedade patológica...” (Carrilho, 1925: 138).

Se em algum momento a LBHM falou em anarquismo - ideologia trazida ao Brasil pelos imigrantes europeus - falaram por uma via indireta e generalizada, como por exemplo, no ensaio de Juliano Moreira, “A Seleção Individual de Imigrantes no Programa de Higiene Mental”, no qual defendia a tese de que o crescimento da imigração deveria estar em consonância com o projeto de Higiene Mental. O fundo da questão era o perigo político que representava os imigrantes europeus. “Temos, pois, de fiscalizar os elementos que nos chegam de todas as partes do mundo, pois não nos devemos conformar com a pouco agradável posição de escoadouro de quanto emigrado indesejado, sob o ponto de vista mental...” (Moreira, 1925: 109). No caso do Rio de Janeiro, “o universo de imigrantes era formado por suíços,

¹⁶ O alcoolismo, escreveu Cunha Lopes (1925: 118), “fornece o maior contingente de reinternação no Hospício Nacional de Alienados e nas Casas de Saúde do Rio”.

¹⁷ No mesmo boletim, encontraremos o artigo “A Intoxicação Alcoólica e as Emoções: diretrizes para os pesquisadores” e “Bibliografia Brasileira Sobre o Alcoolismo”, do Dr. Ernani Lopes.

alemães, austríacos, portugueses e espanhóis que, muito depressa, entraram em choque com as elites locais” (Samis, 2008: 174). Maram lembra que os imigrantes “formaram a maioria da liderança do primeiro movimento operário brasileiro, e também de suas fileiras (*rank and file*). Foram, ao mesmo tempo, a fonte de energia da fase inicial do movimento e uma das causas fundamentais de seu enfraquecimento” (Maram, 1979: 13).

Havia, portanto, uma desconfiança política em relação aos imigrantes europeus, e que se refletia na ciência praticada no período. Ademais, os imigrantes não possuíam direitos políticos e alguns eram analfabetos.

Como estrangeiros e pobres, também sofreram com a desconfiança dos nascidos no Brasil. Diferentemente do tratamento dispensado aos estrangeiros ricos, aos trabalhadores pobres tratava-se de lembrá-los a todo instante, que no Brasil eram estrangeiros e pertencentes a classes subalternas... (Oliveira, 2009: 210).

Era necessário enquadrar alguns segmentos da população como perigosos, e para isso, a psiquiatria e a medicina tiveram um papel fundamental. Por outro lado, as ligas operárias anarquistas não enquadraram alcoolistas como perigosos, mas tinham posições

aparentemente ambíguas sobre o tema, ora assimilando ideias que dominavam o pensamento burguês e médico da época, ora valorizando a autonomia e a liberdade individual do operário.

ALCOOLISMO NA NOVA ORDEM PRODUTIVA

No início do século, a desigualdade de renda e a pobreza aumentava exponencialmente entre a classe trabalhadora. Havia motivos suficientes para revoltas populares e motins nas fábricas. Só “na primeira década do século XX, foram deflagrados por todo o país, 111 movimentos grevistas, na sua maioria por questões salariais” (Samis, 2008: 187). Até mesmo uma campanha contra a carestia da vida foi organizada em 1913, no Rio de Janeiro¹⁸.

Um dos maiores pesadelos que aflige a classe trabalhadora e, não há negar crescente aumento no prego dos gêneros de maior consumo em todos os recantos do Brasil, maximé aqui, na Capital da Republica, onde existe um proletariado inconsciente superior 600.000 almas, sujeitando-se passivamente a todas as extorsões [de meia dúzia de felizardos que levam a sua ganancia ao extremo de constituírem-se em quadilha para mais proficuamente roubar e reduzir a miséria esses proletariados (S., 1908: 3).

Essa ação popular também ocorreu em São Paulo. Em 1917, o Jornal

¹⁸ “Para protestar contra a carestia de vida, reuniram-se as sociedades operárias desta capital de muitas do interior” (Voz do Trabalhador, 1913: 1)

A Gazeta, chegou a fazer uma campanha contra a carestia de vida. “A Carestia conduzia à fome, estágio da miséria” (Lopreato, 1996: 66). Essa iminência da pobreza vinha acompanhada de doenças como a tuberculose e o aumento de casos de alcoolismo entre os trabalhadores¹⁹.

O problema da pobreza era uma condição associada a determinismos sociais e biológicos. Ser pobre, era antes de tudo, uma condição atávica. Uma marca distintiva,

Decorrente de características morais ou mentais de um grupo de indivíduos na sociedade. A mais importante destas características refere-se à incapacidade ou indolência para o trabalho, associada a outros vícios morais decorrentes, como a tendência para o alcoolismo, a prostituição, etc (Rauter, 2003: 62-63).

Ser pobre implicava uma predisposição moral e mental do indivíduo. Sérgio Cararra lembra que “a “Escola Sociológica ou Francesa”, cujo representante maior, o jurista Gabriel Tarde, procurava explicar o crime através de causas sociais como pobreza, nível de escolarização, processos de imitação” (Cararra, 1998: 102).

A transformação social e a emancipação dos trabalhadores, tinha

como extensão a saúde dos trabalhadores e a melhoria de suas condições de vida. Em um ambiente social marcado pela temperança em massa. Não causa estranheza que anarquistas brasileiros do período, como José Oiticica²⁰, tenha participado em 1912 de conferências e cursos em que “condenava o uso do álcool e do tabaco” (Dulles, 1977: 35). Oiticica chegou a associar o alcoolismo ao aumento dos crimes passionais, algo típico entre os membros da LBHM. “Não havendo, além disso, bebidas alcoólicas, cessam os crimes decorrentes do alcoolismo. (...) autora dos crimes passionais” (Oiticica, 1983: 93).

Não foram todos os anarquistas que relacionaram o alcoolismo ao trabalho e ao capitalismo. Leon Tolstói, em seu ensaio “*Why Do Men Stupefy Themselves*” (1890), abordou os malefícios da bebida sob uma perspectiva psicológica, afastando-se de uma visão proibitiva e produtiva. Tolstói perguntava-se, por que a prática de se entorpecer com substâncias diversas como vinho, vodca, cerveja, haxixe, ópio, tabaco, éter, morfina, se espalhou de forma tão rápida? Tolstói queria

¹⁹ As condições de vida da classe trabalhadora carioca eram precárias e miseráveis. Suas habitações situavam-se em subúrbios, vilas operárias e cortiços. Lima Barreto em seu romance “Clara dos Anjos” (1922), ao se referir sobre a realidade suburbana habitacional operária carioca, denominou os subúrbios de “o refúgio dos infelizes”.¹⁹ Não era nenhum exagero.

²⁰ “Quando os anarquistas se reuniam para discutir táticas, doutrina ou propagação, Oiticica tinha sempre muito que dizer” (DULLES, 1977: 35).

compreender as causas que conduzem ao desejo do entorpecimento. Para Tolstói, o consumo do álcool extrapolava os limites da ignorância e da inércia do operário. Tolstói centrou-se nos *insights* humanos, nas diferentes percepções de olhares que provocavam o descompasso entre como olhamos a si mesmos e o olhar dos demais, como se o mesmo sujeito caminhasse para duas direções opostas.

To while away time, to cheer oneself up; everybody does it. But it might be excusable to twiddle one's thumbs, to whistle, to hum tunes, to play a fife or to do something of that sort 'to while away the time, to cheer oneself up, or because everybody does it' that is to say, it might be excusable to do something which does not involve wasting Nature's wealth, or spending what has cost great labour to produce, or doing what brings evident harm to oneself and to others... There must be some other reason (Tolstói, 1946: 67-68).

As considerações tolstoinianas sobre a consciência apontam para a incerteza dos nossos atos, para a duplicidade da consciência humana que aponta ora para o vício, ora para a sobriedade, ora para o certo, ora para o errado. Para Tolstói, o entorpecimento revela a dualidade da alma humana. A alma se esconde para o próprio sujeito, que opta ora para interesses como jogos e divertimentos, ora, quando sufocada pelo tédio e sentimento limitado, para o consumo de bebidas alcoólicas.

In the same manner the seeing, spiritual being, whose manifestation we commonly call conscience, always points with one end towards right and with the other towards wrong, and we do not notice it while we follow the course it shows: the course from wrong to right. But one need only do something contrary to the indication of conscience to become aware of this spiritual being, which then shows how the animal activity has diverged from the direction indicated by conscience (Tolstói, 1946: 69).

O entorpecimento alcoólico, decorre do desequilíbrio entre as exigências da consciência e as dificuldades reais da vida. Na falta de equilíbrio, recorre-se ao consumo de bebidas alcoólicas. *“The cause of the world-wide consumption of hashish, opium, wine, and tobacco, lies not in the taste, nor in any pleasure, recreation, or mirth they afford, but simply in man's need to hide from himself the demands of conscience”* (Tolstói, 1946: 71).

O alcoolismo estava no meio dessa paradoxal condição de passividade social e resistência do operário. É quando surgem questionamentos sobre o seu papel na engrenagem capitalista. Algumas publicações anarquistas colocavam em dúvida a sua capacidade produtiva e a disciplina no ambiente de trabalho. *“o característico de tal sistema é entorpecer o nosso cérebro com paliativos que nunca puderam satisfazer as nossas necessidades, e nem satisfarão jamais nos nossos dias”* (Marinho, 1920: 3).

A escritora Isabel Cerruti, conhecida por suas ideias anticlericais e anarquistas, escreveu sobre a tendência de alguns companheiros em consumir álcool em seus encontros políticos. Cerruti, assim como outros anarquistas, estavam cientes dos problemas do alcoolismo, e do seu alcance social e político. “Morte a tudo o que é da velha casta burguesa e que nos aniquila e envenena” Sífilis, álcool e fumo, para trás. Avante, para a saúde, boa alimentação e felicidade no trabalho!” (Cerruti, 2018: 138).

A historiadora Margareth Rago interpreta essa moralidade anarquista, como uma contradefesa anarquista à moralidade burguesa²¹. É quando a disciplina, a produtividade, a moralidade e a família do trabalhador são ensejadas pelos anarquistas, como modelos contrários à mentalidade burguesa, que enxergava os trabalhadores como viciados, violentos, degenerados, irresponsáveis, ociosos e pervertidos.

Esta tentativa de regulamentar a moralidade cotidiana da vida social seria uma maneira que os trabalhadores teriam de assegurar sua própria

ordem e, deste modo, destruir a imagem operária fabricada pelo adversário, segundo a qual os elementos das classes sociais inferiores são seres pré-civilizados, irresponsáveis, de vida desregrada e de hábitos perniciosos” (Rago, 1985: 115).

Críticas moralistas como essa eram comuns entre os anarquistas²². Eles também criticavam o fumo, bailes, futebol, álcool, ou seja, tudo que pudesse “degenerar” e “alienar” o trabalhador. Em uma reportagem publicada no jornal “A Voz do Trabalhador”, em 1922, intitulada “Centro de Perdição”, uma dura crítica é feita ao Centro Esportivo 15 de Novembro, que foi tratado como um antro de perdição e vício. Os alvos eram o boliche e o alcoolismo. “A nossa escola nunca apoiou e nem apoiará a embriaguez, o jogo, a prostituição e tudo que prejudica a humanidade. Queremos o bem comum e por ele havemos de nos bater com todas as energias. Anarquistas sim, canalocratas nunca!” (A Voz do Trabalhador, 14 de outubro de 1922: 1).

Por trás de uma visão anarquista aparentemente ambígua, moralista e contraditória, coexistiam visões antagônicas de alguns princípios

²¹ “Condenar o alcoolismo, orgias, deboches entre os trabalhadores significava preservar a imagem de ordem, em oposição à tentativa constante de nivelamento da liberdade com a licenciosidade, nas práticas e pensamento das elites e da sociedade em geral” (Rago, 2007: 50).

²² Não se deve ignorar que alguns editoriais anarquistas do período, tornaram-se permeáveis a um certo número de concepções médicas e burguesas do período. “Na medida em que condena a bebida e o fumo por enfraquecerem física e moralmente o trabalhador, o discurso anarquista se aproxima do burguês, segundo o qual são necessários homens fortes e sadios para ‘construírem a riqueza da nação’ (...) para os libertários, o “operário aliena-se, despolitiza-se e degenera-se; para os dominantes, ele se perde como força produtiva e se corrompe porque adquire ideias e hábitos subversivos” (Rago, 1985: 113).

anarquistas, tais como o anticlericalismo, defesa do amor livre, direito ao prazer e a condenação de vícios que pudessem levar à alienação do trabalhador²³. Para Rago, não se deve confundir os anarquistas como reacionários e falsos moralistas. Antes de tudo, os anarquistas tinham adversários históricos, cujos alvos nunca menosprezavam.

Como outros tantos grupos políticos que se consideram representantes do proletariado, os anarquistas se veem na obrigação de defender os representados contra a ação punitiva dos dominantes. Reprimir o alcoolismo, a embriaguez, o fumo, e condenar o boteco e o bordel significa proibir tudo o que possa dar margem ou pretexto para o poder atacar. O reforço da sanção moral poderia ser uma maneira de escapar da penalidade do Estado e da violenta repressão policial que recaiam sobre o trabalhador e os pobres em geral (Rago, 1985: 115).

Litvak por sua vez, nos dá uma outra resposta. Ao analisar a novela “Justos Vives”, de Anselmo Lorenzo, aponta a recusa dos anarquistas em apresentar o operário anarquista como um ser passivo, conformado, doente, alienado e ignorante. O corpo anárquico é o corpo sem culpa, sem comiseração e

sem moral. O álcool inebria o corpo, mas não enfraquece a sua alma e seu corpo. O corpo anárquico é movimento e não passividade.

Em general los anarquistas presentan siempre o casi siempre al obrero como figura positiva (...) No les gustan de ésta la pintura de los obreiros aplastados por pesado atavismo, embrutecidos por el exceso de labor, llevados el alcoholismo por el penoso trabajo (Litvak, 2017: 149).

Talvez a mais significativa pergunta feita pelos anarquistas e por outras correntes socialistas²⁴, era questionar o alcance do problema do alcoolismo, e se ele poderia ser considerado um sintoma da miséria profunda dos estratos da classe trabalhadora. Entre os socialistas, Émile Vandervelde, por sua vez, dimensionou os problemas sociais que estavam por trás do alcoolismo. Em seu relatório apresentado no Congresso Socialista Internacional em Viena em agosto de 1914, ele apontou para a importância da questão salarial e habitacional para combater o alcoolismo.

O alcoolismo é uma questão de salário, isto é, provém da baixa renda da população, limitada por alimentos de mau gosto ou insuficiente para

²³ No jornal anarquista “Terra Livre”, de 1907, saiu a seguinte matéria sobre o amor livre. “O amor livre não significa a apropriação comum da mulher, mas quer dizer: a liberdade ilimitada para a mulher, como para o homem, de amar quem quiser, a liberdade de concentrar sobre uma pessoa, antes que sobre outra, todos os afetos” (Terra Livre, 1907, p. 2 apud Rago, 1985: 105). Já Vasco, fez a seguinte observação: “A união livre é, pois, a união unicamente baseada sobre o amor, o consentimento recíproco, a consciência esclarecida do problema sexual” (Vasco, 1916: 1).

²⁴ Outros órgãos socialistas, também exprimiam uma preocupação em relação ao alcoolismo. No jornal francês “*Le Droit du Peuple – organe républicain démocratique*”, em sua edição de 1898, exigia ações mais eficazes contra o alcoolismo após o Congresso Socialista de 1897.

buscar no álcool um meio de esconder a suavidade ou dar a ilusão de saciedade que apenas comida normal seria capaz de realmente dar. (...) é um problema habitacional, porque todos aqueles que estão mal alojados, que não tem casa”. (Vandervelde, 1906: 30).

O discurso médico, por sua vez, criou uma contranarrativa ao discurso político socialista, alimentando a visão de que o problema do alcoolismo não se reduzia a uma questão econômica,

Como afirmam os socialistas. E' toda a questão moral do nosso tempo, e, por conseguinte, como esta depende de outras toda a questão social. Não bastam, porque isso já falhou mil vezes e em mil épocas da história da humanidade, vagas atitudes de filantropia, boas intenções, toda a série de conselhos e praticas de empirismo dos especialistas de higiene e de medicina mental (Abhm, 1925: 150).

Essa posição é reforçada pelo deputado e psicólogo Carlos Penafiel, que apontava o caráter moral do alcoolismo.

Abordando na Liga Brasileira de Higiene Mental o problema do alcoolismo nos meios operários (...) tive o cuidado de acrescentar que, por esse caráter próprio, não constituíam somente uma mera questão econômica, como afirmam os socialistas, mas uma grande questão moral da maior atualidade (Penafiel, 1925: 14).

A posição contrária ao alcoolismo, não foi suficiente para impedir críticas mordazes da comunidade científica francesa, como neste ensaio de Talouse.

Em “*Les crimes nouveaux et l'idée anarchique*” (1912), o médico não apenas criticava os anarquistas pela incapacidade de mostrar como se cria uma sociedade ideal, mas tentava provar que o ideal anarquista de liberdade individual, seria cúmplice dos malefícios causados pelo alcoolismo²⁵. Embora reconheça, que o alcoolismo era fruto da má organização social e econômica, culpabilizava os anarquistas pela difusão de vários vícios. “*Il faut donc examiner l'idéal anarchiste, qui provoque de telles complicités, de telles vengeances et de tels actes*” (Toulouse, 1912: 74).

Nos anos que antecederam as greves gerais de 1917 e 1918, respectivamente, em São Paulo e Rio de Janeiro, foram produzidos discursos científicos sobre a saúde e os vícios dos operários, tendo como parâmetro a ordem social e o processo produtivo industrial e a sua organização. Vícios e bebedeiras poderiam estimular rebeliões e indisciplina no ambiente do trabalho. Era preciso obedecer e produzir, e nada mais. Além disso, a ordem do trabalho e a vida privada do operário, tornaram-se alvo de uma visão médica higienista-moralista, que coexistia com uma visão

²⁵ Jornais franceses como “*La Cravache – Organe Hebdomadaire de Defese et d’éducation Ouvrière*”, seguiam a mesma linha de raciocínio, anunciando em tom de pânico a extensão do alcoolismo entre os trabalhadores franceses. Para Le Fureteur, a emancipação do trabalhador era extensiva a questão da temperança.

moralista burguesa. Vale ressaltar que as concepções médicas do período sobre o alcoolismo, eram atravessadas por questões morais. “Tive ocasião de acentuar que o alcoolismo, bem como os males, agora, apontados ao exame da mesma Liga, não são acidentes, são consequências da grave e profunda crise moral e social dos nossos tempos” (Penafiel, 1925: 14).

De fato, todo o problema que envolvia o alcoolismo no início do século XX, colocava questões desafiadoras na organização, e nas estratégias do movimento operário brasileiro, tendo um impacto no movimento operário de orientação anarquista no início do século.

MOVIMENTO SOCIAL E ALCOOLISMO

Durante as décadas de 1910, o Brasil presenciou grandes manifestações trabalhistas de orientação anarquista nos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Grandes debates sindicais aconteceram neste período, inspirados na Revolução Russa de 1917, e “manifestações públicas de apoio ao processo russo”, de maneira que “os sindicalistas revolucionários interferiram ainda mais na cena pública

das principais cidades do país” (Samis, 2008: 181). Todavia, em que pese o apoio dos anarquistas a Revolução Russa, queriam deixar claro que “a Revolução de Outubro não foi uma descendente legítima do marxismo tradicional” (Berkman, 2017: 82).

Foi um período de crescimento industrial. As novas indústrias utilizavam a mão de obra dos trabalhadores que migraram para as cidades, embora ainda fosse predominante no período o trabalho rural e serviços ligados ao campo, que juntos respondiam por quase 90% dos trabalhadores no Brasil na década de 1920. Outro fator importante foi a chegada dos imigrantes europeus, que interpretavam o mundo com “ideologias utilizadas na Europa para lutar contra a opressão do sistema capitalista que se espalhava por todo o mundo” (Santos, 2019: 16).

Nesse cenário urbano e industrial, o anarquismo vai delineando sua genealogia e seus embates na nova ordem produtiva. Segundo o cientista político Julián Thomas, “no que se refere à América Latina, o estudo da atividade política anarquista implica considerar dois processos estruturais importantes: por um lado, o desenvolvimento de um capitalismo agroexportador dependente

e extrativo de matérias-primas e, por outro, a expansão imperialista do governo dos EUA” (Thomas, 2017: 69).

É nesse contexto histórico em que anarquistas e médicos ensejam uma temperança em massa, que o alcoolismo é debatido no 1º Congresso Operário Brasileiro, ocorrido em 1906, no Centro Galego no Rio de Janeiro, como uma questão extensiva aos temas debatidos entre os trabalhadores europeus e americanos no mesmo período.

O Congresso aprovou a filiação de suas teses ao sindicalismo revolucionário francês. Assim, a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta, a greve geral, etc, passaram a fazer parte dos princípios dos sindicatos signatários das propostas do “Primeiro Congresso Operário Brasileiro (Samis, 2008: 178).

No documento extraído no Congresso, aprovou-se a seguinte resolução, posteriormente reproduzida pela imprensa anarquista:

Necessidade de uma ativa propaganda contra o alcoolismo. 1. Considerando que o alcoolismo é um dos vícios mais arraigados no seio das classes trabalhadoras; e que tem sido um obstáculo para a organização das mesmas. 2. O primeiro Congresso Operário Brasileiro aconselha que seja encetada uma forte campanha contra o alcoolismo a partir de conferências, folhetos e cartazes (Alvorada Operária, 1979).

O combate ao alcoolismo entre os trabalhadores se estenderia nos próximos

anos, quando novamente é debatido no 2º Congresso Operário Brasileiro²⁶. Durante o Congresso, foi aprovada a moção de nº 19, que tratava do consumo do álcool entre os trabalhadores.

O 2º Congresso aconselha insistentemente a todas as organizações operárias do Brasil que levem a efeito uma intensa e ininterrupta campanha contra o alcoolismo, devendo nesta empregar todos os meios ao seu alcance, tais como: conferências, publicações de folhetos, de quadros estatísticos, de gravuras e de cartazes, colocação de dizeres e sentenças adequadas nas sedes das associações e nos lugares frequentados por trabalhadores, etc., etc (A Lanterna, 1913, p. 3).

Neste universo de temperança, o vício alcoólico era uma dimensão conflitiva no cotidiano das fábricas. Era necessário estar sóbrio para produzir e aceitar a nova ordem produtiva das fábricas. A questão era vista como uma preocupação para o êxito do movimento operário. Na França, na mesma década, o alcoolismo era tema recorrente nos congressos libertários, tal como foi noticiado pelo jornal *L'Action Syndicale*, em 1907. “Uma dúzia de camaradas reunidos 15 de agosto em Lens (...) cuja agenda é: ...a Revolução na Rússia; 8. Alcoolismo e Anarquismo...” (*L'Action Syndicale*, 1907: 2).

Esse combate ao alcoolismo, podia ser visto em outros países da América Latina. Em sua pesquisa sobre as relações entre a ciência e os

²⁶ Segundo Samis, “deste Congresso participaram duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, ligas e associações de várias partes do Brasil” (Samis, 2008: 181).

trabalhadores na Argentina, Barrancos constatou que o alcoolismo e a ignorância eram tratados pelos anarquistas argentinos como mais perigoso que o próprio capitalismo, “pois eram os primeiros escolhos para a sua visualização (...) contava em si mesma a degradação moral, o esmorecimento da disposição para o trabalho, a destruição das famílias, a ameaça à espécie” (Barrancos, 1993: 357).

A defesa da temperança alcoólica pode ser vista como uma incorporação dos ideais médicos para canalizar demandas trabalhistas, mas não significou um alinhamento incondicional aos ideais das Ligas Antialcoólicas. Bertucci, ao referir-se a imprensa operária paulista, lembra que a questão do alcoolismo se colocava como uma catástrofe para as Ligas Operárias anarquistas.

Como emblema de uma vida arruinada, gerada por um tecido social doente (...) No discurso pedagógico da imprensa ligadas aos trabalhadores o alcoólatra será uma vítima social, que muitas vezes se entrega ao vício para esquecer a realidade em que vive, baseada na exploração do homem pelo homem (Bertucci, 1992: 85-88).

Segundo Bertucci, os pressupostos científicos eugenistas eram colocados em dúvida pelas Ligas Operárias Anarquistas. Isso fez com que aflorasse práticas de medicina popular entre os

trabalhadores, como um gesto de desconfiança em relação as reais intenções da medicina tradicional no tratamento de algumas doenças (Bertucci, 1992). Um bom exemplo, é o questionamento feito pelos operários de São Paulo, que desconfiavam da “validade dos conhecimentos chamados científicos e tornarão particularmente propicias acusações às instituições de saúde” (Bertucci, 1992: 59).

No mais, apontavam o papel da temperança na formação da consciência política operária, na estruturação familiar e na permanência do trabalhador na regularidade do trabalho industrial.

A percepção de que o alcoolismo era uma doença social advinha da observação de que a doença não se restringia a problemas exclusivamente orgânicos, mas estendia-se para questões de ordem social e moral, já que os efeitos nocivos do álcool não se limitavam ao organismo do indivíduo, mas atingiam também o seu comportamento, abrangendo questões relacionadas à inserção dos indivíduos na sociedade industrial e repercutindo fortemente no mundo do trabalho capitalista, ainda em consolidação. (Santos; Verani, 2010: 408).

A nova ordem produtiva urbana, não significou na prática, dias melhores para a maioria dos trabalhadores da capital do Brasil. Entre os operários libertos, a herança escravagista estava longe de se apagar no imaginário social. Era um fantasma que assombrava as relações humanas. Trabalhar era um fardo e remetia à exploração escravista,

aos aviltamentos, às violências e humilhações no processo produtivo. Era uma tarefa para as classes populares, composta por negros libertos e pobres, que eram enquadrados na ideologia racial brasileira, como estúpidos e ignorantes, serviçais destinados a colocar as máquinas para funcionar. Monica Velloso observou inúmeras “caricaturas onde o negro é desqualificado. Numa elegante perfumaria, que mais sugere Paris do que o Rio de Janeiro (todos os reclames são escritos em francês), o vendedor informa à sua freguesa negra: ‘Para aveludar a cútis, minha senhora, temos aqui o pó de arroz preto ou chocolate’. Nome da charge: ‘O requinte da moda’”. (Velloso, 1988: 17).

Por terem vivido tanto tempo em cativeiros em condições miseráveis, continuavam a serem tratados como escravos e incansáveis bebedores de cachaça. Machado de Assis, no conto “Pai Contra Mãe” lembrou que um dos instrumentos mais conhecidos para o controle do vício alcoólico dos escravos era a máscara de flandres.

A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o

vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede [...] Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas (Assis, 1972: 11).

A república que logo seria instaurada, não passaria de uma teatralização da igualdade entre brancos e negros. Os resíduos da escravidão permaneciam intactos. “O contrato democrático postulava sua existência como cidadão gozando de plenos direitos civis. No entanto, o negro percebeu depressa a impostura deste contrato” (Costa, 2007: 112); pois ainda eram vistos como indivíduos inferiores, degenerados e propensos aos vícios e a criminalidade²⁷. Após a libertação dos escravos em 1888, a imagem do negro era de um homem improdutivo, preguiçoso e alcoolista, “incapaz de responder aos estímulos econômicos” (Dulles, 1977: 47).

A associação entre alcoolismo e criminalidade era recorrente no pensamento médico brasileiro, mas podia ser encontrada em alguns editoriais da imprensa anarquista, como em um editorial do Jornal “A Lanterna”, abordando o tema do atavismo, conceito que foi desenvolvido pelos italianos Tanzi e Riva. “[...] O atavismo e o álcool

²⁷ Fontes (1883) cita os exames médicos feitos em escravos alcoolistas. Não se levava em consideração todo o sofrimento pelo qual passou durante a sua vida. Apenas aspectos relacionados a sua saúde são examinados. Não se pede o corpo do rico, mas do escravo.

sempre impelem a praticar violências e atos de valentia...” (A Lanterna, 1911: 1). Mansanera e Silva (2000), observa que a pobreza e o alcoolismo também eram provas de sua predisposição ao crime. “o alcoolismo tornou-se causa da pobreza e decadência moral, porque era mais encontrado nas camadas pobres da sociedade” (Mansanera; Silva, 2000: 123). Rauter observa que o mais importante, era poder punir baseado em um certo tipo de anormalidade, “Diante dos atávicos, nada mais resta que a eliminação ou a exclusão. Os criminosos são anormais e sua anormalidade, incurável” (Rauter, 2003: 32).

Havia até a noção psiquiátrica da degeneração, que “permitiu isolar uma zona de perigo social e tematizá-la em termos de doença” (Castro, 2016: 368). O fato é que escravidão e alcoolismo possuíam fronteiras tênues. O racismo também tinha fronteiras com a emergente psiquiatria, como foi tratado por Foucault na última aula de “Os Anormais²⁸”. É como se o negro tivesse o instinto da animalidade e da criminalidade. Vale dizer, “o instinto foi, o grande vetor da anormalidade” (Castro, 2016: 369).

Em seu trabalho “Anarquismo, Sindicato e Revolução no Brasil (1906-1936), Tiago de Oliveira aponta para um outro aspecto dessa questão.

...ao trabalhador negro sempre coube somente atributos caricaturalmente negativos, como a ignorância, o primitivismo, a preguiça, a tendência natural ao roubo, ao alcoolismo, à trapaça e a violência. Na visão da classe dominante, o máximo de valorização ‘positiva’ que os negros, como nacionais, poderiam receber era o atributo de ‘pacatos’, quando o objetivo dos discursos era perseguir os revoltosos anarquistas-estrangeiros... (Oliveira, 2009: 211).

Nesse contexto, casos de alcoolismo, analfabetismo e miséria eram comuns. E a explicação das associações anarquistas não era idêntica ao dos círculos médicos. Essa diferença se acentuou quando no início do século XX, foram incrementadas medidas relacionadas à higiene e à profilaxia social, incluindo o combate ao alcoolismo e as doenças venéreas, ou seja, o problema do álcool saiu do âmbito dos costumes e tornou-se um problema de ordem moral-médico, “fruto de um processo de intervenção crescente da medicina no campo social” (Carvalho, 2002: 84).

Outro fato, refere-se às inúmeras variáveis que levavam aqueles trabalhadores ao consumo de bebidas

²⁸ Em sua aula do dia 19 de março de 1975, diz Foucault: “O racismo que nasce na psiquiatria dessa época é o racismo contra o anormal, é o racismo contra os indivíduos, que, sendo portadores seja de um estado, seja de um estigma, seja de um defeito qualquer, podem transmitir a seus herdeiros, da maneira mais aleatória, as consequências imprevisíveis do mal que, trazem em si...” (Foucault, 2001: 403).

alcoólicas. Bebe-se e vicia-se por vários motivos. Bebidas alcoólicas eram consumidas por todas as classes sociais, mas somente os operários pobres e os negros eram estigmatizados por consumi-las.

A cachaça mesmo sendo apreciada por pessoas de diferentes segmentos sociais, geralmente, esteve associada às camadas mais humildes da população, adquirindo também seu consumo certo preconceito (bebida de pobre, de negro, sendo, inclusive, menos valorizada em relação a outros tipos de bebidas)” (Sales, 2010: 172).

Na imprensa anarquista o assunto era tratado de forma contraditória e ambígua²⁹. Em 1913, Neno Vasco fez severas críticas ao alcoolismo entre os militantes operários, dispensando as teorias eugênicas como chave explicativa do consumo desenfreado dos operários. “Combateremos o álcool assim como combateremos a guerra, o patriotismo estúpido, a moral burguesa e inepta” (Vasco, 1913: 1).

Em um texto extraído do jornal *Aurora*, de 1913, Vasco observou que “quem sabe ver atentamente o que se passa à sua volta, nota não só que miséria e alcoolismo costumam juntar-se, mas que só a primeira, ou os dois males fornecem o maior contingente dos traidores nas greves, dos espias, dos

polícias” (Vasco, 1913: 1). Estava convencido de que, a venda e o consumo de álcool eram parte da estratégia alienante do capital, e por isso deveria ser combatido. A sua produção era vista como uma arma da burguesia para desestabilizar os trabalhadores, e não ficavam indiferentes ao alcoolismo e a seus efeitos entre os mais pobres, como percebido por Emma Goldman entre os moradores que habitavam a região pobre de *Whitechapel*:

[...] nada se compara em brutalidade e degradação com as coisas que testemunhei no East End de Londres: mulheres bêbadas cambaleando ao saírem de casas públicas, usando a linguagem mais vil e lutando uma com as outras a ponto de rasgarem as roupas. Meninos e meninas frequentando lugares de bebida no chuveiro e no frio, bebês em carrinhos dilapidados em estupor por terem recebido ‘pirulitos’ de uísque. As crianças mais velhas cuidando e bebendo sofregamente a cerveja que seus pais lhes traziam de tempos em tempos (Goldman, 2015: 189).

Prevalencia a visão do alcoolismo como uma questão política que escancarava as vulnerabilidades do operariado na impositiva carestia social. A identificação do alcoolismo como um problema de classe, era o contraponto das premissas dos militantes operários, que desejavam um operário exemplar, um modelo físico e moral que deveria ser copiado. Esperava-se que o operário

²⁹ O jornal “*Livre Pensador*”, dirigido pelo imigrante anarquista espanhol Everardo Dias, “atacava implacavelmente a Igreja Católica, a tirania do fumo e o álcool – a bebida mais funesta inventada pelo homem” (Dulles, 1977: 20).

executasse “a sua tarefa: a libertação do homem e, de outro, assumisse as assertivas a respeito de si próprio, como ser revolucionário, como ser o sujeito dessa ação, e de que modo se contamine com os germes da revolta” (Joanilho, 1996: 63). A temperança era antes de tudo um projeto político.

Grande parte da classe operária carioca, na qual se incluíam crianças³⁰ e mulheres, eram empregadas em fábricas de cerveja³¹. A cerveja, uma bebida popular, estava na mesa do trabalhador, e fazia parte da dieta cotidiana das famílias dos trabalhadores. Hérmato Lima, autor de “Alcoolismo no Rio de Janeiro” (1914), enumerou 30 fábricas de cerveja, conhecidas como “marca barbante”, ou seja, uma bebida de alta fermentação, consumida entre os cariocas. Contraditoriamente, essas cervejarias também eram uma fonte de renda publicitária para os jornais operários.

A bebida alcoólica estava presente no cotidiano do trabalhador carioca. Era comum encontrar operários nos

botequins espalhados na cidade e quiosques da Zona Portuária. “Mesmo os que não moravam nas redondezas tinham ali um espaço de sociabilidade privilegiado, seja no trabalho ou nos tantos botequins e quiosques do lugar, onde se vendia café, comida e cachaça...” (Arantes, 2013: 31).

Seja a bebida de baixa fermentação ou a de alta fermentação, ambas eram consumidas semanalmente e por diversos motivos pela população da Capital Federal. Não foi por acaso, a LBHM instituiu uma cruzada contra o consumo do álcool em território nacional, cruzada que também era contestada entre alguns médicos da LBHM³². É o que defendia o médico Henrique Roxo “Acredito que o combate contra o alcoolismo se tornará verdadeiramente eficaz no dia, em que se transformar em lei o projeto do talentoso Professor Afrânio Peixoto, que estabelece a Lei Seca” (Roxo, 1925: 2).

Não era apenas o vício que estimulava o consumo de bebidas alcoólicas, mas também hábitos

³⁰ “Não eram incomuns os castigos físicos aplicados às crianças que não atingiam suas quotas de produção ou que eram apanhadas dormindo no local de trabalho” (Maram, 1979: 123).

³¹ A mais importante delas, a Cervejaria Antarctica, juntamente com a fábrica de cigarros Souza Cruz, eram boicotadas pela imprensa anarquista com frases como “Boicote aos Produtos da Cia Antarctica Paulista e aos Cigarros da Cia Souza Cruz, com a justificativa de que ‘eram envenenadores do organismo humano’” (A Voz Operária, 1919: 5).

³² Roxo duvidava na eficácia de algumas propagandas contra as bebidas alcoólicas, e exigia uma Lei Nacional para coibir a sua comercialização. Já Carlos Penafiel, era mais pessimista, dizendo que “toda campanha assim idealizada e tentada viria redundar numa atitude pueril, E até certo ponto imoral. Ignorar, por ventura, o operariado em geral que o álcool seja nocivo?” (Penafiel, 1925, p. 15).

culturais. Muitas crianças cresceram ao lado dos pais que consumiam bebidas alcoólicas. Homens, mulheres e até mesmo crianças consumiam cerveja e Paraty. Em uma propaganda da Cia Guanabara da época, a cerveja *Malzibier* era vendida como a “cerveja doce para mulheres e crianças”. Isso não passava despercebido pelos anarquistas, que faziam campanhas de boicote as cervejarias. “Operários Conscientes: o álcool é o maior inimigo do povo. Boicote os produtos da Cia Antarctica Paulista, propagadora do alcoolismo e algoz do proletariado” (A Voz Operária, 1919: 1).

A preocupação com a formação de um operário consciente era recorrente na imprensa anarquista. “Na luta incessante contra as correntezas da ignorância humanas, nas alternativas de revezes e vitórias, vendo todos, um vasto campo de ação e de trabalho, e muito poucos operários conscientes, sentimo-nos às vezes tomado de desalento” (Alodio, 1919: 4).

O vício entre os jovens também preocupava os anarquistas. Neno Vasco no editorial de “A Aurora”, mostrava-se preocupado com o futuro da juventude.

São sobretudo esses jovens ainda inconscientes que é preciso afastar da taberna e do lupanar, dos meios em que habitualmente a mocidade se embrutece e alcooliza, desperdiçando

doidamente as suas juvenis energias e reduzindo-se progressivamente à condição de instrumentos cegos e passivos nas mãos dos patrões e governantes (Vasco, 1915: 1).

Paradoxalmente a questão do trabalho infantil era tratada por empresários, e associações médicas como um combustível para o alcoolismo paterno. É como se as motivações subjetivas de seus pais fossem o salário de seus filhos. Não se censurava o trabalho infantil em si, mas o salário miserável das crianças que poderiam sustentar o vício dos pais, conforme noticiado no jornal anarquista “A Lanterna”. “Muitas vezes, crianças pela quantia insignificante de 500 reis e 1800 passam dias inteiros nas oficinas trabalhando arduamente para levar o produto de seu ganho e a causa de sua perdição a pais inconscientes, que os gastavam uns, em libações do álcool: outros, por necessidade – o número destes é menor – para os próprios recursos da casa” (A Lanterna, 1912a: 1).

Tal visão era questionada por alguns anarquistas, que associavam o alcoolismo dos trabalhadores com a exploração da mão-de-obra, pobreza, carestia e exclusão. Para os anarquistas, os capitalistas eram os seus inimigos históricos e as suas leis econômicas eram responsáveis por conduzirem a classe operária ao sofrimento, à injustiça social

e ao alcoolismo. Esse sofrimento encontrava no álcool a sua válvula de escape. Sofrimento pela elevada jornada de trabalho, exploração de mulheres e crianças, condições insalubres de trabalho e aviltamento salarial.

É um engano [...], o operário, em geral, não explora os filhos para, com o produto do trabalho deles, entregar-se a libações alcoólicas. Isso, ao contrário, é uma exceção, porque o operário, quase sempre, quando se alcooliza, fá-lo nas suas horas vagas, em dias feriados ou domingos. [...] porque assim procede. É para esquecer as suas mágoas, os seus rudes sofrimentos, porque ele, com os vapores de álcool a lhe anuviarem o cérebro, não pensa, não reflete nos horrores da sua miserável situação (A Lanterna, 1912a: 1).

Nos anos que precedem o 1º Congresso Operário em 1906, a simbologia do operário alcoolista era o oposto do operário militante comprometido com a causa operária. Era necessário estar sóbrio para formar laços de solidariedade entre os trabalhadores e capacidade de mobilização dos trabalhadores. Nada estranho que os anarquistas se empenhassem no combate aos vícios. “Pela propaganda, e pelo exemplo, combatemos todos os vícios, todos artificiosos instintos de malvadez, todos os hábitos grosseiros, e estimulamos o amor pelo estudo, pela investigação, pela independência de espírito” (Soares, 1914: 2).

Se, por um lado, imperavam críticas ao alcoolismo como uma doença

social debilitante, por outro lado, não havia iniciativas do patronato para melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Era mais fácil estigmatizar o operário como bêbado e viciado, do que tratá-lo como vítima do sistema econômico. “O alcoolismo é uma doença social e seu remédio está na ordem, uma vez que o pessimismo reinante, que leva o homem a embriagar-se, procede da angustia de uma transição, fruto da anarquia mental dos tempos que atravessamos” (Lbhm, 1925a: 151).

No meio desse processo produtivo explorador, o alcoolismo aliviava a dureza sofrida na carestia da vida, mas também distraía o operário em confraternizações entre amigos e familiares. Porém, era uma substância demonizada nas instâncias médicas que o responsabilizavam por uma série de malefícios sociais, morais e físicos. Quase duas décadas após a greve de 1918, mantinha-se a demonização social do alcoolista. “A noção de cumprimento do dever, respeito à família, responsabilidade e honra desaparece [...]. Torna-se ele, então, peso morto para a sociedade civil, inútil e nocivo à pátria [...]. Os filhos dos alcoólatras nascem loucos ou aleijados e constituem a legião dos epiléticos, débeis mentais, imbecis

e idiotas que enchem os hospícios” (Lopes, 1944: 105-106).

Ele pode ser um ocioso, um vagabundo, um alcoolista, um criminoso, um doente mental, uma prostituta. Enfim, ele é um perigo social que deve ser retirado de circulação e colocado à disposição dos médicos. O projeto higienista de “limpeza social” “pretendia alcançar um domínio total quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do meio em que ele estava inserido” (Mota, 2003: 43).

Lima e Hochman revelam que a insistência do sanitarismo em reforçar a imagem doentia do brasileiro “teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro” (Lima; Hochman, 2000: 314). Cabe lembrar que apenas um código sanitário regulamentava as relações de trabalho. O código tinha um caráter de regulação social e deveria fazer parte dos hábitos da população³³. O regulamento

sanitário que regulava a instalação das máquinas, insalubridade do ambiente de trabalho e jornada de trabalho, era constantemente violado³⁴. Carlos Addor lembra que,

Além de passarem longas horas, a maior parte de suas vidas, trabalhando em fábricas insalubres, os operários viam-se submetidos a toda sorte de arbitrariedades por parte das empresas, seus diretores, mestres e contra-mestres. Multas, descontos, demissões não justificadas eram comuns, assim como espancamentos e acidentes de trabalho, principalmente entre os menores (Addor, 2002: 55).

Cabe lembrar que o conceito de salubridade é um conceito importante da medicina social. “Correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (Foucault, 1995: 93).

Ao invés de regulamentações trabalhistas, havia um enquadramento sanitário e higienista, direcionado aos operários que viviam no meio urbano, personagens urbanos que despertavam a atenção de médicos, psiquiatras e patrões que estavam atentos aos que fugiam do

³³ Lopreato menciona o descaso dos industriais com a segurança e a saúde dos operários paulistas na década de 1910. “Os operários, sujeitos a doenças provocadas pela insalubridade do ambiente e pelo trabalho excessivo, ainda eram vítimas das engrenagens das máquinas que os deixavam mutilados e inválidos, quando não mortos” (Lopreato, 1996, p. 72).

³⁴ A classe trabalhadora era alvo constante das classes dominantes, que criticavam as condições de insalubridade em que viviam. Eram associadas a “prole numerosa, miséria, doenças, exploração e submissão, o discurso que aparece nos jornais e revistas com ligações com o operariado, se identificará em inúmeros momentos com o que presidia as companhias intervencionistas (...) quando estas apontavam as condições de insalubridade e promiscuidade doentia” (Bertucci, 1992, p. 155).

modelo do “homem civilizado”. “Aos olhos da classe dominante, e de seus aparelhos repressivos, os ácratas se encontravam nesse bojo de ‘escória social’, contra os quais a ação dura do Estado significava higienizar a sociedade”. (Oliveira, 2009: 55).

O alcoolismo não poderia se alastrar na sociedade. Seria a autodestruição da família e a multiplicação de operários apáticos descompromissados com o movimento operário. Daí a defesa dos anarquistas da regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, que seria fundamental para a manutenção da família e o fim dos vícios.

Menos horas de labuta cotidiana são mais horas consagradas às suaves intimidades da família, ao embelezamento do lar, à cultura e recreio do espírito. Uma faina diária mais breve é o organismo menos fatigado e mais são, uma prole mais robusta, a tuberculose e o alcoolismo reduzidos (Vasco, 1919: 1).

Apesar dos argumentos médicos, essa visão era distorcida pelos empresários que eram contrários a redução da jornada de trabalho e favoráveis a redução salarial, responsáveis diretos pelo aumento do alcoolismo entre os operários. Para o

historiador John Dulles, o patronato argumentava que

A redução da jornada diária diminuiria o número de desocupados e elevaria os salários; facilitaria a dedicação aos estudos e daria combate ao alcoolismo, fruto do excesso de trabalho exaustivo e embrutecedor (Dulles, 1977: 28).

O alcoolismo era um destruidor de consciências, e traria efeitos nefastos para o corpo e mente³⁵. Em uma matéria de “O Amigo do povo”, Pimentel argumenta sobre os terríveis hábitos burgueses: “E a enfermidade burguesa? Ah! Como é asquerosa, repelente, nauseante! ‘A embriaguez dos sentidos, e o excesso dos prazeres sexuais, e a animalidade nas suas mais grosseiras manifestações” (Pimentel, 1902: 2).

No editorial da “A Voz do Trabalhador”, órgão oficial de imprensa da Confederação Operária Brasileira (C.O.B), a consciência do trabalhador militante é tratada com requisito para a sua emancipação. “A fraqueza do trabalhador está na sua inconsciência. E um consciente só se torna forte, fazendo consciência no ambiente que o cerca” (Sant’Anna, 1920: 3). Mattos, em outra matéria da “A Voz do Trabalhador”, vociferava contra o patrão, que se aproveitava do operário que não tinha

³⁵ O socialista Augusto Bonge, em sua conferência “El Alcoolismo”, explica que o trabalhador “começava a beber para adquirir mais força, mais energia, e também para afastar a sensação de esgotamento” (Bonge apud Barrancos, 1993: 358).

firmeza em suas reivindicações. “Os patrões, que tão bem sabem aproveitar da nossa estúpida ignorância, nos pagam só o necessário, para irmos produzindo” (Mattos, 1909: 3).

Essa obsessão pela temperança, denominada pelo presidente da LBHM, Ernani Lopes, de “consciência temperante de nossa grande pátria”, era recorrente nos trabalhos de antialcoolismo da LBHM, que chegou a criar o livro de abstêmios, que recolhia assinaturas de pessoas com o compromisso da abstinência alcoólica.

Embora as ligas operárias não abordassem o tema de maneira científica, em alguns momentos, endossavam as discussões feitas por círculos médicos, cuja cruzada contra o alcoolismo vinculava-se à necessidade de uma legislação antialcoólica, sustentada por teorias geneticistas e hereditárias, que resultariam no diagnóstico de doenças coletivas entre a população mais pobre e miserável do país³⁶. Não se deve esquecer, que a crença na hereditariedade alcoólica era comum entre médicos, pedagogos, criminalistas, operários, assistentes sociais e escritores.

Em 1920, o criminologista Noé Azevedo argumentou que, “uma das mais tristes consequências do alcoolismo está em que ele estraga não somente o organismo do bebedor, mas atinge também sua descendência” (Noé, 1920: 26).

A historiadora Christina Lopreato lembra, que o documento que serviu de referência para a constituições das “Ligas Operárias de Bairro” em São Paulo, tinha como princípio fundante o documento da Associação Internacional dos Trabalhadores - (AIT), ao qual, apontava não apenas as mazelas do capitalismo, mas alertava que a sua emancipação estava condicionada, entre outras coisas a “uma campanha ativa contra o alcoolismo, vício arraigado no seio da classe trabalhadora e que tem sido obstáculo para a sua organização” (*Guerra Sociale*, 1917, p. 1 apud Lopreato, 1996: 96).

Trata-se de uma questão histórica. Durante o período colonial, o alcoolismo só era condenado entre os negros e pobres, que eram acusados de excessos que colocavam em risco a população. Neste período não existia a figura do sujeito alcoólatra, mas existia a

³⁶ Segundo Portocarrero, “A fundamentação hereditária, com suas tendências organicistas, tem, no início do século XX, grande repercussão sobre psiquiatria brasileira. Privilegia o atavismo (...) perpassado pela teoria de Morel, torna-se o ponto básico para a concepção da geração de indivíduos degenerados, responsáveis pela alta taxa de criminalidade e pela baixa produtividade da sociedade brasileira em relação aos países mais desenvolvidos” (Portocarrero, 2002: 39).

simbologia negativa do alcoolismo excessivo e perigoso. “...o problema do alcoolismo, nas épocas colonial e imperial, não era uma questão eminentemente médica. Tampouco havia a figura do alcoólatra. O alcoólatra é um sujeito inventado. Alcoolista era o termo mais usado pelos neuro-higienistas. No Brasil, esse sujeito social foi construído durante as primeiras décadas da república” (Carvalho, 2002: 84).

A estratificação do alcoolismo³⁷ reforçava estereótipos de que a classe trabalhadora vivia em estado de barbárie³⁸. E por serem bárbaros e ensejarem comportamentos “imorais”, não poderiam circular livremente em espaços públicos³⁹. Como contradefesa ao alcoolismo, os anarquistas respondem com estratégias associativas e disciplina no ambiente do trabalho. Hardman interpreta esse comportamento como a utilização de uma *respectability* que resultará em sentidos antagônicos, demonstrando a capacidade dos anarquistas “e o potencial de uma

direção revolucionária” (Hardman, 1984: 47).

Durante o processo de formação e luta da classe operária brasileira que resultou na greve geral de 1918, na antiga capital federal, ligas operárias anarquistas alertavam sobre a importância da conscientização do trabalhador como requisito para a sua emancipação social, política e econômica. Por intermédio da imprensa operária anarquista e o contato direto com os trabalhadores, ocuparam-se em conscientizar os trabalhadores sobre os perigos das bebidas alcoólicas. Para impedir o vício alcoólico, criaram estratégias temperantes na imprensa operária anarquista para conscientizar o operário dos malefícios do alcoolismo, ciente de seus deveres enquanto trabalhador e pai de família. À primeira vista paradoxal, a perspectiva anarquista extrapolou os meandros da medicina e da psiquiatria. O alcoolista era, antes de tudo uma “vítima social, que muitas vezes se entrega ao vício para esquecer a realidade em que vivia, baseada na “exploração do homem pelo homem”.

³⁷ Havia uma estratificação negativa do seu consumo, pois era considerado uma válvula de escape para as classes mais pobres da população³⁷. “As campanhas contra o alcoolismo e o jogo³⁷ nunca visaram os homens ricos, mas os pobres, considerados mais inclinados à perda do controle racional” (Rago, 2007: 50).

³⁸ Excomungava-se o proletariado, como raça de bárbaros, do convívio no espaço e no tempo dos civilizados” (Hardman, 1984: 61).

³⁹ Hardman (1984), aponta para o episódio histórico em que cerca de 3000 operários têxteis foram impedidos de entrar no Jardim Botânico e a criação do primeiro *Public Park Act* em 1847, na Inglaterra.

(Bertucci, 1992: 88). Na nova ordem produtiva, ser um alcoolista, era ser um irresponsável pai de família, improdutivo e alienado; visão que era potencializada por uma visão médica e por uma psiquiatria organicista protagonista na cruzada contra o alcoolismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas décadas de 1910 e 1920 houve uma grande produção na imprensa anarquista e no campo médico sobre o alcoolismo. Parte deste material tinha como referência os princípios da eugenia e o higienismo, aos quais desempenharam um papel fundamental na distinção entre o normal e o patológico, ou seja, na “tarefa perpétua de restituir o sistema da normalidade” (Castro, 2016: 299). Neste período, médicos, advogados e políticos mencionaram o problema do alcoolismo em publicações científicas, sob a perspectiva da proibição, repressão, normalização, vigilância e intervenção do sujeito alcoolista. Isso fez com que tivessem um papel importante na construção de novos quadros normativos, que possibilitaria a ampliação do seu poder no aparelho do Estado.

O fato é que o alcoolismo era, antes de tudo, um problema potencialmente desestabilizador na nova ordem produtiva e social. Contudo, na perspectiva das Ligas Operárias Anarquistas, era preciso identificar a doença que alienava o trabalhador ao sistema capitalista, que o impedia de conscientizar-se de sua condição no sistema produtivo. Como dizia no editorial de “A Voz do Trabalhador”,

Enquanto esses seres perniciosos não desaparecem do nosso meio, o infeliz canteiro continuará cada vez mais roubado e desmoralizado, pois eles não têm consciência da profissão que exercem. Pretendem convencer os operários de que trataram o trabalho por prego muito baixo, que não podem pagar o valor do trabalho” (Barão, 1908: 3).

Por fim, o posicionamento negativo de alguns anarquistas contra o consumo do álcool e a defesa da temperança, era antes de tudo um projeto político, ou seja, as ligas operárias anarquistas almejavam um operário exemplar, um modelo físico e moral que deveria ser copiado. O perigo estava na passividade e no desinteresse do operário pela militância. “O militante consciente, além de possuir força física é também forte intelectualmente” (Joanilho, 1996: 64); capaz de fazer reivindicações precisas e com uma firme consciência de classe, pois o patronato teme a consciência do operário. “Os patrões só

cedem a imposição. E a imposição só se pratica pela força, e a única força que pode dispor o operário está precisamente na união consciente e vigilante sempre na defesa de seus próprios interesses” (A Voz do Trabalhador, 1909: 3).

Pode-se concluir que a perspectiva anarquista sobre o alcoolismo, não era o contraponto da visão médica, fundada na moral burguesa no trabalho e na alienação do trabalhador. Embora os discursos científicos dos eugenistas e sanitaristas tivessem uma forte presença interpretativa dos males do país, como uma necessidade para o desenvolvimento nacional, a sua influência sofria restrições dentro do movimento operário anarquista. Suas posições oscilavam entre a desconfiança em relação às campanhas antialcoólicas vindas do Estado, a ignorância em relação ao higienismo e as teorias eugênicas, - compartilhada também por outras classes sociais - em relação à temperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Carlos Augusto. (2002), A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Achiamé.

ALODIO, José. (1919), Párias, despertai. In A Voz Operária. Campinas, ano 1, nº 2, 7 de setembro.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE HIGIENE MENTAL. (1929), Trabalhos de Antialcoolismo. Ano 2, nº 1, pp. 12-16.

ASSOCIATION NATIONALE DE PRÉVENTION EM ALCOOLOGIE ET ADDICTOLOGIE (ANPAA). (2020) Disponível em <https://www.anpaa.asso.fr/lanpaa/qui-sommes-nous/histoire>, acessado e 23 de abril de 2020.

AZEVEDO, Noé. (1920), Dos Tribunais Especiais de Menores Delinquentes, p. 30.

A LANTERNA. (1913), 2º CONGRESSO Operário Brasileiro: mais algumas moções aprovadas. A Lanterna, ano 13, n. 221, p. 3.

_____. (1914), A Lanterna no Amparo: a festa do natal. A Lanterna, ano 13, n. 224, p. 3.

_____. (1915), A Religião na Sociedade Futura. A Lanterna, ano 14, n. 271, p. 2.

_____. (1909), Bacanaís: uma peregrinação piedosa. A Lanterna, ano 4, n. 4, p. 4.

_____. (1912a), Capital e Trabalho. A Lanterna, n. 152, p. 3.

_____. (1911), O Anticlericalismo. A Lanterna, ano 10, n. 101, p. 2.

_____. (1912b), O Que Vai Pelo Mundo. A Lanterna, ano 12, n. 163, p. 2.

- A VOZ OPERÁRIA. (1919), Operários Conscientes. Ano 1, nº 2, 7 de setembro.
- A VOZ DO TRABALHADOR. (1922), Centros de Perdição. Ano 2, nº 35, 14 de outubro, p. 1.
- _____. (1913), É Preciso Reagir Contra a Carestia da Vida. Ano 6, nº 24, 1 de fevereiro.
- _____. (1909), A Classe dos Sapateiros. Ano 2, nº 18, 30 de setembro
- _____. (1913), Ação Popular: Campanha Contra a Carestia da Vida. Ano 6, nº 27, 15 de março.
- _____. (1909a), Alcoolismo e Loucura. Ano 1, nº 12, 1 de junho.
- A VOZ OPERÁRIA. (1919), Boicote aos Produtos da Antarctica e Cia Souza Cruz. A Voz Operária, ano 1, n. 2, p. 5.
- ALVORADA OPERÁRIA. (1979), Os Congressos Operários no Brasil: Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Rio de Janeiro: Mundo Livre.
- ARANTES, Erika. (2013), A Vida na Estiva: O cotidiano dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, in Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.3, nº5 jul-dez, p.21-40.
- ASSIS, Machado de. (1972), Relíquias da Casa Velha. São Paulo: Formar Ltda.
- BARÃO, A. Movimento Operário: a arte da cantaria. In A Voz do Trabalhador, ano 1, nº 6, 29 de novembro de 1908.
- BARRANCOS, Dora Beatriz. (1993), Os Últimos Iluminados: ciência para trabalhadores na Argentina de princípios do século. Vol. 1. Tese de Doutorado em História. Unicamp.
- BARRETO, Lima. (1948), Clara dos Anjos. RJ/SP: Editora Mérito.
- BERKMAN, Alexander. (2017), A Revolução Russa e o Partido Comunista. Revista Verve, 32: 82-127.
- BERTUCCI, Liane Maria. (1992), Impressões Sobre a Saúde: a questão da saúde na imprensa operária (1891-1925). (Mestrado em História) – Unicamp.
- CARRARA, Sérgio. (1998), Crime e Loucura : o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século / Sérgio Carrara. – Rio de Janeiro : EdUERJ ; São Paulo : EdUSP, (Coleção Saúde & Sociedade).
- CARRILHO, Heitor. (1925), Considerações Sobre Profilaxia Mental e Delinquência. In Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano 1, nº 1, pp.130-139.
- CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. (1999), Trabalho e higiene mental: processo de produção discursiva do campo no Brasil. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 6, n. 1, p. 133-156.
- _____. (2002), Higiene e Eugenia: brevíssima genealogia da trama discursiva antialcoólica no Brasil. In Alarcon, S e Jorge, Mas (orgs). Álcool e Outras Drogas: diálogo sobre um mal-estar contemporâneo. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz.
- CASTRO, Edgardo. (2016), Vocabulário de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica Editora
- CERRUTI, Isabel. (2018), O Triunfo da Anarquia: e outros ensaios. São Paulo: Biblioteca Livre.
- CHALHOUB, S. (1996), Cidades febris. Companhia das Letras, São Paulo.

CONGRÈS DE DÉMOCRATIE CHRÉTIENNE, (1898), Le Droit du Peuple, nº 31, 3 setembro.

COSTA JR, Manuel Luiz da. (1913), Os Deserdados. In Terra Livre, ano 1, nº 19, 19 de junho.

COSTA, Jurandir Freire. (2007), História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Garamond.

DELESALLE, Paul. (1899), L'Alcoolisme. In Les Temps Nouveaux. Ano 4, nº 50, 14 de abril.

DULLES, John. (1977), Anarquistas e Comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

EDLER, F.C. (1999), A Constituição da Medicina Tropical no Brasil Oitocentista: da climatologia à parasitologia médica. Tese de doutorado. Instituto de Medicina Social/UERJ, Rio de Janeiro.

FONTES, José Cupertino Teixeira. (1883), Do Alcoolismo Crônico e suas Consequências. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FOUCAULT, Michel. (2001), Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1995), História da Loucura na Idade Clássica. Rio de Janeiro: Ed. Perspectiva.

FURETEUR, L. Um Cri D'alarme, (1913), La Cravache – Organe Hebdomadaire de Defese et d'éducation Ouvrière, nº 27, 21 jun.

GOLDMAN, Emma. (2015), Vivendo Minha Vida. Curitiba: L. Dopa.

HARDMAN, Francisco Foot. (1984), Nem Pátria, Nem Patrão (vida operária e cultura anarquista no Brasil). São Paulo: Brasiliense.

KIST, André Urban. (2018), Discurso Revolucionário na Greve Geral de São Paulo em 1917. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

JOANILHO, André. (1996), O Corpo de Quem Trabalha: estratégias para a construção do trabalhador. Londrina: Ed. UEL.

L'ACTION SYNDICALE: ORGANE HEBDOMADAIRE DES TRAVAILLERS DU PAS-DE-CALAIS ET DU NORD. (1907), Ano 5, nº 31, 18 outubro.

LIMA, Hermeto. (1914), O Alcoolismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

LIMA, Nísia Trindade & HOCHMAN, Gilberto. (2000), Pouca Saúde, Muita Saúva, os Males do Brasil são... Discurso Médico-Sanitário e Interpretação do País. Ciência & Saúde Coletiva, 5 (2), pp, 313-332.

LITVAK, Lily. (2017), A Musa Libertária: arte, literatura y vida cultural del anarquismo espanõl (1880-1913). Barcelona: Antonio Bosh.

LOPES, Carlos Augusto. (1944), Alcoolismo e Higiene Mental. Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano XV, n. 1.

LOPES, Cunha. (1925), Profilaxia Social das Toxicomanias. Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, Ano 1, nº 1, pp. 117-129.

- LOPREATO, Christina da Silva Roquette. (1996), O Espírito da Revolta (a greve geral anarquista de 1917). (Doutorado em História) – Unicamp.
- MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. (2000), A influência das ideias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. *Psicol. estud.* [online]. vol.5, n.1 [cited 2020-03-03], pp.115-137.
- MARAM, Sheldon Leslie. (1979), Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- MARINHO, Eustachio. (1920), Um Apelo. In *A Voz do Trabalhador*, ano 1, vol. 1, 2 de outubro, p. 3.
- _____. (1921), Eu Acuso. In *A Voz do Trabalhador*, ano 1, nº 23, 12 de março, p. 3.
- MATTOS, Joaquim de. (1909). Lembrando e Protestando. *A Voz do Trabalhador*, ano 2, nº 19, p. 3
- MOREIRA, Juliano. (1925), A Seleção Individual de Imigrantes no Programa de Higiene Mental. In *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano 1, nº 1, pp. 109-115.
- MOTA, André. (2003), Quem é Bom já Nasce Feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A.
- MATTOS, Joaquim de. (1909), Lembrando e Protestando. In *A Voz do Trabalhador*, ano 2, nº 19, 30 de outubro.
- OITICICA, José. (1915), As causas do Crime – Carta Aberta ao Dr. Marquês. In *Na Barricada*, 2 de setembro, ano 1, nº 13.
- _____. (1983), A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos. São Paulo: Econômica Editorial.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (2009), Anarquismo, Sindicatos e Revolução no Brasil (1906-1936). (Doutorado em História), UFF.
- PENAFIEL, Carlos. (1925), O Elemento Psíquico no Trabalho Humano. In *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano 1, nº 2, pp. 11-26.
- PIMENTEL, A de Serpa. (1902), Socialismo a Comte. In *O Amigo do Povo*. Ano 1, nº 4, 24 de maio, p. 1.
- PORTOCARRERO. Vera. (2002), Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, *Loucura & Civilização Collection*, v.4.
- RAGO, Margareth. (2007), Anarquismo e Feminismo no Brasil: a audácia de sonhar. Rio de Janeiro: Robson Achiamé.
- _____. (1985), Do Cabaré ao Lar- a utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- RAUTER, Cristina. (2003), *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.
- REIS, José Roberto Franco. (1994). *Higiene Mental e Eugenia: o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-300)*. (Dissertação em História). Unicamp.
- REZENDE, Gustavo de. (1925), Resenhas e Análises, in *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano 1, nº 2, pp. 105-110.

ROXO, Henrique Belford. (1925), Trabalhos Originais: Higiene Mental. In Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, ano 1, nº2.

SALES, Eliana. (2010), Aspectos da História do Álcool e do Alcoolismo no Século XIX. Cadernos de História – UFPE, Ano VII No 7.

SAMIS, Alexandre. (2008), O Anarquismo no Brasil, in História do Anarquismo. São Paulo: Editora Imaginário.

SANT'ANNA, Álvaro de. (1920), Os Conscientes, in A Voz do Trabalhador, ano 1, vol. 1, 2 de outubro, p. 4.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos; VERANI, Ana Carolina. (2010), Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX. História, ciências, Saúde - Manguinhos, Vol 17, supl. 2, p. 400-420.

SANTOS, Hamilton. (2019). Imigração e Anarquismo no Movimento Operário Durante a Primeira República. Revista de Estudos Libertário, UFRJ, Vol. 1, nº 2, pp.1-33.

SOARES, Primitivo. (1914), Vinganças Burguesas. In A Rebelião. Ano 1, nº 1, 1 de maio.

THOMAS, JOSÉ JULIÁN LLAGUNO. (2017), Ação Local e Audiência Global: a presença anarquista na América Central segundo suas fontes documentais (1910-1930). *verve*, 31: 63-96.

TOLSTOI, Leon. (1946), Why Do Men Stupefy Themselves? In *Recollections & Essays*, Geoffrey Cumberlege, Oxford University Press, London New York Toronto.

TOULOUSE. (1912), Les crimes nouveaux et l'idée anarchique, in: *Demain : "efforts de pensée et de vie meilleures" : organe d'hygiène intégrale pour la conduite de la vie [...]*, 25 de Maio.

VASCO, Neno. (1913), Observação Cotidiana, in *Almanaque A Aurora*.

_____. (1915), O Papel das Juventudes. In *Jornal "A Aurora"*, 01 de agosto.

_____. (1919), A Casa dos Trabalhadores e as Oito Horas. In *A Batalha*, ano 1, nº 228, 14 de outubro.

_____. (1916), Noções Rudimentares Sobre Amor Livre, in *A Sementeira*, 2º série, nº 5, maio.

VELLOSO, Mônica Pimenta. (1988), *As Tradições Populares na "Belle Époque" carioca*. Rio de Janeiro: FUNARTE.